



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE GÊNERO NO CONTEXTO FAMILIAR

Marcilene Ferreira da Silva¹

RESUMO

Este artigo versa sobre o processo de construção de gênero no âmbito familiar. Apresenta-se inicialmente, algumas análises sobre a categoria de gênero, compreendendo sua configuração a partir da emergência do termo, o estabelecimento da distinção entre gênero e sexo, e sua interdependência. Por seguinte, traz uma abordagem de família, na qual é dissolvida a aparência de naturalidade que carrega, pontuando suas principais características construtivas. Para tanto, discute-se a relação entre família e gênero, enfatizando o papel e a influência que a família exerce na construção de gênero. O estudo mostra que a construção social de gênero no contexto familiar é resultante da função socializadora da família, da determinação da divisão sexual do trabalho, da definição dos papéis de gênero e que embora a família esteja inserida numa complexa trama socioeconômica que determina as relações sociais, mas é possível traçar novas relações de gênero.

Palavras-Chaves: Gênero; família; identidade de gênero; papéis de gênero.

ABSTRACT

This article deals with the process of gender construction within the family. Initially, some analyzes about the gender category are presented, understanding its configuration from the emergence of the term, the establishment of the distinction between gender and sex, and its interdependence. Next, it brings a family approach, in which the appearance of naturalness it carries is dissolved, punctuating its main constructive characteristics. Therefore, the relationship between family and gender is discussed, emphasizing the role and influence that the family has in the construction of gender. The study shows that the social construction of gender in the family context is the result of the socializing function of the family, the determination of the sexual division of labor, the definition of gender roles and that although the

¹Analista de Políticas Públicas Sociais da Prefeitura Municipal de Sobral, Ceará. Pós-Graduada em Família e Políticas Públicas pelo Centro Universitário Santo Agostinho. Bacharel em Serviço Social pela Faculdade Santo Agostinho. E-mail: marcilenesilva@sobral.ce.gov.br ou marcilene113@yahoo.com.br

family is inserted in a complex socioeconomic fabric that determines social relations, but it is possible to trace new gender relations.

Keywords: Genre; family; gender identity; gender roles.

INTRODUÇÃO

Tempos atrás, masculino e feminino eram percebidos como polos opostos de uma mesma dimensão. Jamais um indivíduo poderia apresentar atributos masculinos e femininos ao mesmo tempo, sendo que esses atributos eram definidos de acordo com o sexo do indivíduo biologicamente. Apenas existia um sexo: o masculino, em que tinha como referência a anatomia do homem, aos seus órgãos reprodutores. Já as mulheres era o sexo inferior, por não ter obviamente as mesmas referenciais do sexo oposto, por apresentar seus órgãos reprodutores para “dentro” (MAGALHÃES, 2010; COSTA, 1995).

Para justificar a desigualdade entre homens e mulheres, segundo Magalhães (2010), os ideais igualitários da revolução democrático-burguesa no século XVIII, justificaram com o fundamento numa “desigualdade natural”. Pois assim, era natural homens e mulheres serem desiguais. As desigualdades como exigência da nova ordem socioeconômica e política burguesa dominante, racionalidade de que era natural haver diferenças entre homens e mulheres. Cabendo as mulheres cuidarem dos filhos, do marido e do lar, restrita apenas aos afazeres domésticos, com o papel de preservar os bons costumes para a ordem socialmente estabelecida. Já os homens eram destinados a vida pública, ao trabalho remunerado, as atividades políticas, ao ensino educacional e científico (MAGALHÃES, 2010).

O conceito de gênero até a segunda metade do século XX era utilizado como sinônimo de sexo, contudo nesse período começou-se a ser analisado como uma perspectiva sociocultural, ou seja, um construto cultural. Foi com a instauração do movimento feminista que transformou as percepções das relações de gênero trazendo essa perspectiva de gênero como construção social. As desigualdades entre gênero eram até então aceitas ou impostas a serem aceitas, porém nesse período passaram a serem questionadas e consideradas injustas (NICHOLSON, 2000; GROSSI, 1998; MAGALHÃES, 2010).

E, é no bojo da família, intitulada como uma instituição sociocultural, que perpassa o processo de construção da identidade de gênero, através da função socializadora da família, de (re)produção de ideologias, que conduzirá nesse processo de formação do indivíduo. Nesse sentido, o presente artigo é fundamentado em uma pesquisa teórica, de base bibliográfica, utilizando da metodologia qualitativa descritiva relacionados ao tema que possibilitaram a construção do mesmo, que levou a escolher as referências bibliográficas de forma intencional, pela perspectiva de análises crítica da temática, que atendessem e ajudasse a responder aos objetivos propostos.

O artigo tem como objetivo geral analisar a construção de identidade de gênero dentro da instituição social da família. E traz como objetivos específicos abordar algumas reflexões sobre a categoria de gênero, interpretações do locus familiar e a relação que a família possui com o processo de formação de gênero.

2 REFLEXÕES SOBRE A CATEGORIA DE GÊNERO

Os debates de gênero, no contexto mundial, são frutos das lutas revolucionárias e libertárias dos anos 60, principalmente dos movimentos sociais de 1968, da Primavera de Praga na Tchecoslováquia, do movimento hippie, dos black panthers, das lutas contra o regime político militar no Brasil, dos movimentos contrários a Guerra do Vietnã nos Estados Unidos. Ambos os movimentos vislumbravam uma nova sociedade, contestavam a imposição da ideologia dominante, lutavam por uma vida mais justa e igualitária e, é nesse momento de lutas que emerge a temática de gênero em torno da condição feminina (GROSSI, 1998). Sendo assim, interessante nessa discussão em torno da categoria de gênero apresentar uma breve ressalva sobre os estudos da condição feminina e da mulher a partir das análises de Grossi (1998) antes de aprofundar as análises reflexivas sobre gênero e da sua distinção de sexo.

Segundo a autora pensava-se inicialmente que as mulheres nos grupos feministas deveriam reunirem sem a participação dos homens, como uma forma de garantir a voz das mulheres. Dessa forma, pensava que haveria um problema de mulher, o da não-mixidade (GROSSI, 1998). Porém pesquisas da época de 70 relatavam que entre as mulheres “não podia se falar de apenas uma condição feminina, pela razão de existir inúmeras diferenças, não apenas de classe, mas também regionais, de classes etárias, de ethos” (GROSSI, 1998).

Já a partir dos anos 80 é que se passa a debater os estudos sobre as mulheres, nos cursos de pós-graduação e assim conseqüentemente nas teses sobre as mulheres brasileiras, entretanto, continua a referência quase unânime da unidade biológica das mulheres, em que elas se reconhecem, independentemente de sua condição social, pela morfologia anatômica do sexo feminino (vagina, úteros, seios). E, é essa determinação biológica da condição feminina, que os estudos de gênero problematizam (GROSSI, 1998).

Trazendo inicialmente a origem e conceituação de gênero a partir da interpretação de Scott (1995), que apresenta uma eloquente descrição sobre gênero, o autor afirma que o termo gênero surge inicialmente entre as feministas norte-americanas para enfatizar o caráter fundamental social das distinções baseadas no sexo. Usada também para indicar rejeição ao determinismo biológico como dos termos sexo ou diferença sexual. Como destaca Grossi (1998) a categoria “gender” utilizada pelas pesquisadoras norte-americana era para falar das origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres.

Dessa maneira, Scott (1995) afirma que gênero também é utilizado para designar

As relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens. Apesar do fato dos (as) pesquisadores (as) reconhecerem as relações entre o sexo e (o que os sociólogos da família chamaram) “os papéis sexuais”, estes (as) não colocam entre os dois uma relação simples ou direta. O uso do “gênero” coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade (SCOTT, 1995, p. 7).

Portanto, nota-se que gênero é utilizado para explicar as construções sociais estabelecidas, impostas como naturais, que não passa de uma formulação ideológica que serve para justificar os comportamentos sociais de homens e mulheres em determinada sociedade. Sendo assim, gênero é designado para pensar as relações

sociais que envolvem homens e mulheres, relações essas historicamente determinadas e expressas pelos divergentes discursos sociais sobre a diferença sexual (GROSSI, 1998).

Para Nicholson (2000), gênero apresenta um significado utilizado de duas maneiras divergentes e que até certo ponto contraditório, o que deixa esse debate em torno de gênero complexo. Conforme Nicholson (2000, p.9), de um lado, o termo gênero é utilizado “como o oposto de sexo, para descrever o que é socialmente construído, em oposição ao que é biologicamente dado”. Nesse sentido, gênero faz referência ao comportamento e a personalidade do indivíduo. Por outro lado, gênero remete a distinção masculina do feminino, construída socialmente, a forma como o corpo aparece na sociedade.

A autora pontua que o próprio corpo é uma interpretação social, assim, o sexo não pode ser independente do gênero. Contudo, Nicholson (2000, p.10), defende que embora “o segundo sentido de gênero ter predomínio no discurso feminista, a herança do primeiro sobrevive, o sexo permanece na teoria feminista como aquilo que fica fora da cultura e da história, sempre a enquadrar a diferença masculino/feminino”.

Dessa forma, Piscitelli (2009, p. 119), complementa esse debate ao se referir a gênero como “caráter cultural das distinções entre homens e mulheres, entre ideias sobre feminilidade e masculinidade”. Interpretando assim o gênero como algo elaborado culturalmente e além do mais, não existe uma determinação natural dos comportamentos de homens e mulheres, embora ainda existirem inúmeras regras sociais colocadas a serem seguidas à risca como se fossem determinadas por algum fator biológico diferencial entre os sexos; como por exemplo, meninos usam azul e meninas usam rosa; mulheres devem ser comportadas, passivas e já os homens viris e agressivos.

Como ilustra Almeida (2003), a distinção entre gênero e sexo é o ponto de partida fundamental para a análise dessa temática a partir da teoria crítica feminista. O gênero é resultado de uma “variação cultural (e histórica) dos papéis femininos e masculino, bem como dos traços de personalidade-tipo como normais para cada sexo em cada cultura trazia o determinismo cultural para o campo da sexualidade” (ALMEIDA, 2003, p. 11). Isto é, a definição de um determinado papel ou regra social estabelecida em uma determinada sociedade não necessariamente é aceita pelas demais, devido a variação sociocultural entre as sociedades.

Nesse sentido, tomando como base as observações de Grossi (1998), em que traz a passagem dos estudos de gênero na obra *Sexo e Temperamento* de 1995 de Margareth Mead, onde mostrou que:

numa mesma ilha da Nova Guiné, três tribos - os Arapesh, os Mundugumor e os Tchambuli - atribuíam papéis muito diferentes para homens e mulheres. Agressividade e passividade, por exemplo, comportamentos que, em nossa cultura ocidental, estão fortemente associados, respectivamente, a homens e a mulheres quase como uma determinação biológica, entre estas tribos lhes eram associados de outra forma. Num destes grupos, homens e mulheres eram cordiais e dóceis; no outro ambos eram agressivos e violentos; e no terceiro as mulheres eram aguerridas, enquanto os homens eram mais passivos e caseiros (GROSSI, 1998, p.7).

Portanto, essa análise revela que os papéis atribuídos a homens e mulheres não eram os mesmos e, assim como também na cena contemporânea os papéis de gênero mudam de uma cultura para outra. Além disso, Grossi (1998) ressalta que os papéis associados a machos e a fêmeas também mudam no interior de uma mesma cultura.

Uma exemplificação disso na nossa própria cultura ocidental, podemos observar que com as passagens dos movimentos sociais, principalmente com a eclosão do movimento feminista no contexto brasileiro significou para as mulheres uma espécie de evolução, ao saírem gradativamente da situação de grande opressão para uma de libertação, que segundo Grossi (1998) as mulheres historicamente estavam passando por uma linha evolutiva. Enfim, gênero serve para determinar tudo que é cultural, social e historicamente determinado pela sociedade e, que os papéis de gênero estão em permanente mudança, tornando-se assim mutáveis (GROSSI, 1998).

Com base nesses aspectos enfatizados, é no seio familiar que perpassa essas configurações de gênero, com sua função socializadora, a família tem o papel de transmitir crenças, valores, princípios, comportamentos, papéis. Enfim, a família transmite aquilo que acredita como politicamente correto, a (re)produção das relações sociais dominante capitalista e conseqüentemente tem o poder de influenciar no processo de construção de papéis e identidade de gênero. Tomando essa colocação, torna-se importante esclarecer melhor e discutir essa relação que a família possui com o processo de construção de gênero.

3 FAMÍLIA ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DE PAPÉIS DE GÊNERO

Segundo Bruschini (2000), a família no âmbito do senso comum é compreendida como algo natural. No entanto, como veremos a seguir, que a família não é uma instituição natural, e sim construída e, de caráter mutável. A autora revela em seu estudo, que o primeiro passo para estudar a família é dissolver a aparência de naturalidade, entendendo como uma instância da criação humana mutável. Entretanto, quando nos identificamos em um lócus familiar parece natural a sua existência, assim como também da divisão de papéis entre homens e mulheres.

A família pode assumir configurações diversificadas, o modelo considerado hegemônico, o nuclear burguês composto pela a figura do pai, mãe e filhos e por uma complexa combinação de autoridade e amor parental, foi apresentado de modo biologicamente natural, no entanto, apenas se consolidou no século XVIII, com a ascensão da burguesia, privatizando a instituição familiar e a ocorrendo a passagem das funções socializadoras para lar burguês. Desse modo, esses mecanismos fundamentais constitui a família moderna (BRUSCHINI, 2000).

Nos últimos tempos, a família vem se modificando e estruturando, contestando esse modelo natural de família, dada a existência de outras combinações familiares como extensas; adotivas; casais; mono parentais; homossexuais, reconstituídas; acolhedoras; apenas com um indivíduo e ou aglomeração de várias pessoas vivendo juntas Szymanski (2002). Reconhecendo-se assim, uma diversidade dos arranjos familiares na contemporaneidade. Portanto, a mutabilidade é das características do grupo familiar (BRUSCHINI, 2000). A composição da família é moldada “dentro de uma complexa trama social e histórica que o envolve” (REIS, 1995, p.2). Desse modo, a estrutura familiar termina sendo determinada pela articulação de fatores sociais, econômicos e culturais.

Como destaca Teixeira (2013) as funções da família na sociedade capitalista vão desde a reprodução biológica, material e ordem social; além de ser o lócus da estrutura psíquica do indivíduo, um espaço de afeto, cuidado, segurança, sentimento de pertença, de grupo, de solidariedade primária, reprodução da hierarquia, da autoridade, da dominação pela idade e sexo; por outro lado um espaço de contradição e conflito, de geração de violência e violação de direitos. Nesse sentido, a família é desenvolvida de

acordo com as necessidades e transformações culturais, sociais, históricas e econômicas.

Bruschini (2000) enfatiza a família como uma agência socializadora (educadora), onde suas funções concentram-se na formação da personalidade dos indivíduos. Isto é, com a função básica de transmitir a socialização primária às crianças e estabilização das personalidades adultas. Assim, possui a capacidade de influenciar no processo de formação da identidade de gênero e da subjetividade do indivíduo. Com a socialização o indivíduo recebe, integra e interioriza os valores da sociedade e, a socialização primária internaliza a versão de identidades e papéis sociais, através da identificação com os agentes socializadores.

É com o processo de socialização que se inicia a assimilação de valores e prescrições sociais da cultura que um macho ou uma fêmea se transforma em homem ou em uma mulher. Os adultos preparam a criança como um ser social para adquirir padrões, valores e normas do grupo social ao qual pertence. Sendo assim, é no contexto social, que acontece a construção de identidade do indivíduo. No processo de olhar para o outro e estabelecer comparações, formando uma subjetividade que contempla a forma como se é visto (MAGALHÃES, 2010).

Observamos a família de estrutura nuclear burguesa, em que apresenta papéis rigidamente definidos, assimétricos e complementares. Logo a presença dos modelos de masculinidade e feminilidade são claramente definidos. E isso, implicará no processo de formação da personalidade do indivíduo. Segundo Bruschini (2000, p. 55), “o adulto masculino ou marido-pai é o líder “instrumental” do grupo, enquanto o adulto feminino desempenha papéis sociais de natureza expressiva”, voltados principalmente para os assuntos internos da família”, restando para a mulher cumprir o papel de esposa-mãe.

Desse modo, homens e mulheres, na família, são requisitados a cumprirem os seus determinados papéis. A questão desses papéis sociais, principalmente aqueles dentro da família são partes integrantes de acordos interacionais elaborados no processo de socialização. Assim constituindo-se em consensos individuais e coletivos na interação entre sujeito, família e sociedade. Na infância, é normal as crianças receberem de seus pais as suas crenças sobre gênero/sexo. A família torna-se importante para a criança no desenvolvimento da compreensão infantil do que fazem mulheres, homens,

meninas e meninos fazem, sendo que a definição dos papéis de gênero varia entre si (PATCHER, 2009).

Conforme Magalhães (2010), as crianças à medida que incorporam valores e crenças transmitidos vão aprendendo a opor atributos masculinos e femininos. Os significados internalizados podem ser aceitos, questionados e ressignificados. Isso pode ser o que ocorre com as representações das relações de gênero, especialmente, quando se referem à organização social das diferenças entre os sexos. Considerando que o indivíduo se constrói nas relações sócias o indivíduo e a sociedade são produto e produtores de mudanças, numa relação circular e recursiva.

A representação do masculino e do feminino, na família, as atribuições de papéis, de autoridade a homens e mulher constituirão o núcleo ativo da construção de identidade de gênero. E, é essa identidade que vai justificar e nomear para o indivíduo suas escolhas sexuais e desejo, sua inserção no mercado de trabalho e os papéis que terá na organização familiar. A identidade de gênero, remete aos significados que um indivíduo associa como sendo masculinos ou femininos em um determinado contexto histórico e social (MAGALHÃES, 2010).

Nessa perspectiva, os filhos são expostos a valores e comportamentos que conduzirão na vida adulta. As relações dentro da família apresentam ideologias de gênero implícita, permitindo seus integrantes transmitirem as construções e aprendizados dos discursos de gênero dominantes na sociedade. Portanto, a família é um espaço de transmissão de hábitos, costumes, ideais, valores, padrões de comportamento e de reprodução de ideologia (BRUSCHINI, 2000).

É também na família que incide a divisão sexual do trabalho, lugar onde determina-se o grau de autonomia ou subordinação das mulheres. Como enfatiza Bruschini (2000) a antropologia fornece provas de todas as sociedades se organizaram em torno de alguma divisão sexual de trabalho. “A tendência de separar a vida social, ou a esfera pública, atribuindo-a aos elementos masculinos do grupo, de uma esfera privada ou doméstica, ao mundo feminino por excelência, parece ser universal” (BRUSCHINI, 2000, p.61).

Além disso, Bruschini (2000) ressalta que a definição de papéis é uma construção cultural elaborada sobre as diferenças biológicas e sobre a tendência que a espécie humana partilha com outros mamíferos, como da “dependência prolongada das

crianças em relação às mães, esta divisão sexual define, como feminino a esfera privada, ligada à reprodução e a criação dos filhos. E ao masculino, a esfera pública, associada à política, à guerra e à caça” (BRUSCHINI, 2000, p. 61).

Com essa comparação absurda feita com outras espécies, tornar-se difícil desconstruir essa ligação, que não existe, entre os papéis de gênero e a função biológica que a mulher possui, como se uma fosse dependente e determinante da outra. Nesse sentido, observa-se que essa divisão interna de papéis expressa relação de dominação e submissão, na medida em que configura uma distribuição privilegiada e desigual de direitos, deveres no grupo.

Contudo, são instaladas no interior das famílias diversas maneiras de vivenciar a questão de gênero. As transformações em decorrência dos avanços sociais, a mulher que passa assumir papéis que antes eram exclusivos dos homens, ocorrendo assim transformações na espécie humana. Nessa perspectiva Oliveira (2009) coloca uma passagem interessante

essa nova dimensão na qual o homem deve assumir tarefas domésticas cria muitos deles uma situação de revisionismo de todas as ideologias que dizem respeito ao machismo. É óbvio que muitos ainda não estão entendendo essa nova situação, vivem como se a mulher ainda devesse prestar-lhe todos os serviços e ainda lhe ajudasse na manutenção das despesas familiares. Carregam ainda em consciência as visões burguesas de família, cujo modelo o homem tem direitos, por manter a família (DALBÉRIO, 2007 apud OLIVEIRA, 2009, p.73).

Com essa análise, nota-se que na sociedade contemporânea, a família continua sendo uma instituição importantíssima na formação e construção de identidades e de protagonistas no mundo em transformação. Como ilustra Oliveira (2009), o papel da mulher e de suas conquistas, todavia de que tenda a carregar ainda a ideologia machista no que toca as atividades domésticas. Essa carga dessas atividades pode ser aceita conscientemente ou não, buscando, na maioria das vezes, amenizar alguns conflitos que podem ocorrer entre mulher e homem. Inegavelmente, a mulher assume um papel de suma importância à postura masculina, assim prova um repensar nessa mesma postura.

Segundo Oliveira (2009), ainda no século vigente, encontra-se práticas opressoras voltadas a figura feminina no seio familiar, práticas essas de preservação da ordem, das relações de classe e poder. Contudo, como aborda a autora, está ocorrendo transformações na família, cujos papéis estão confusos e difusos se relacionados com os

modelos tradicionais, onde eram altamente definidos. Enfatiza que está em processo de transformação as relações estabelecidas pelo modelo tradicional, no sentido de pensar, nos questionamentos, na maneira de viver nesse mundo em processo de mudança.

Embora a família esteja inserida numa complexa trama de relações socioculturais e econômica, e por conseguinte seus membros. No seio familiar surgem novas ideias, novos hábitos, novos elementos, através dos quais os membros do grupo questionam a ideologia dominante e desigual (ideologia essa de opressão, subordinação, repressão da figura feminina) na determinação de papéis de gênero e conseqüente na construção da identidade de gênero (MAGALHÃES, 2010).

Assim, é criada condições para a lenta e gradativa transformação da sociedade. É, portanto, como espaço possível de mudanças que se deve observar a dinâmica familiar, nesse processo de influência de construção de identidade de gênero, da definição de papéis e da divisão sexual igualitário do trabalho.

4 CONCLUSÃO

Como observamos ao longo da discussão, o termo gênero emerge inicialmente entre as feministas norte-americanas. Sendo utilizado principalmente, para explicar as construções sociais colocadas como naturais que não passa de uma formulação ideológica que serve para justificar os comportamentos sociais de homens e mulheres em determinada sociedade. Assim como também, para pensar as relações sociais que envolvem homens e mulheres; além de ser considerado como uma categoria de pertencimento a um grupo social, um indivíduo ao se identificar como homem ou mulher, identificando-se com outras pessoas que compartilham os mesmos ideais de pertencimento.

Colocou-se em debate, as modificações da família, apresentando-se as suas múltiplas configurações e estruturas, que vem se modificando, transformando de acordo com a dinâmica social que a família está inserida. Afirmando-se a família como uma instituição cultural, portanto, sua formação não é natural e apresenta-se de forma mutável, pois não há um modelo, padrão a ser seguido por todas as famílias. Muda-se sua estrutura, sua dinâmica familiar, muda-se as relações sociais que envolve a família.

O estudo enfatizou a família como uma agência socializadora uma instância importante no processo de formação de subjetividade dos seus membros e conseqüentemente possui a capacidade de influenciar o processo de construção de gênero. Visto que, a mesma prega seus valores, normas, regras, condutas, comportamentos, transmissão de papéis de gênero e reprodução da divisão sexual do trabalho.

Além disso, na família também são introduzidas mudanças contemporâneas nas relações de gênero, pelo surgimento de novos valores e atitudes que promovem novas dinâmicas de interação, ao substituírem alguns valores tradicionais por outros. Bem como transmitem novas e diversas formas, as vezes contraditórias, de significar o masculino e feminino, todavia, ainda conviverem também com as formas tradicionais de perceber e conduzir essas relações.

A partir dessa análise desenvolvida, Magalhães (2010) consagra o movimento de emancipação feminina que começou a pensar que as relações entre homens e mulheres e as definições entre masculino e feminino são constituídos, reproduzidos, contestados e transformados constantemente. Homens e mulheres estão definindo e construindo seus papéis dentro da família influenciados experiências diversas e formulando suas próprias expectativas em relação ao ser homem e mulher. Abrindo assim, novas relações de gênero mais democráticas, não estereotipada de gênero; portanto sendo a favor do direito à igualdade e ao respeito a diferença.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. V. Antropologia e Sexualidade Consensos e Conflitos Teóricos em Perspectiva Histórica. In: **A Sexologia, Perspectiva Multidisciplinar**. org. FONSECA, L.; SOARES, C.; VAZ, J.M. Coimbra: Quarteto, vol II, pp 53-72.

BRUSCHINI, C. Teoria Crítica da Família. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A (Orgs). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 3ª. Ed. São Paulo; Cortez, 2000.

COSTA, J. F. A Construção cultural da diferença dos sexos. **Sexualidade, gênero e sociedade**, v.2, n.3, p.3-8, 1995.

GROSSI, M. P. Identidade de Gênero e Sexualidade. **Coleção Antropologia em Primeira Mão**. PPGAS/ UFSC, 1998.

MAGALHÃES, I. S. **Entre a casa e o trabalho: a transmissão geracional do feminino.** Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, vol.8, nº2 (2000).

OLIVEIRA, N.H.D. Família contemporânea. In: **Recomeçar: família, filhos e desafios [online]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PAECHTER, C. **Meninos e meninas: aprendendo sobre masculinidades e feminidades/** Tradução, consultoria e supervisão: SCHMIDT, R.T. Porto Alegre: Artmed, 2009.

PISCITELLI, A. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, H. B.; SZWAKO, J (Orgs). **Diferenças, igualdade.** Coleção sociedade em foco: introdução às ciências sociais. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

REIS, J. R. T. Família, emoção e ideologia. In: SILVA, T. M. L; CODO, W. **Psicologia Social: o homem em movimento.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade.** Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez.1995.

SZYMANSKI. H. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudanças. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, nº 71, p.9-25, 2002.

TEIXEIRA, S.M. **A família na política de assistência social: concepções e as tendências do trabalho social com famílias nos CRAS de Teresina- PI.** Teresina: EDUFPI, p.218, 2013